

POR QUE UMA MULHER IRIA QUERER FALAR COM O HOMEM QUE ABUSOU DELA? – Angelina Chapin

*Em seu novo documentário, Attiya Khan faz exatamente isto – e explora as possibilidades da justiça restaurativa*

Original em inglês: <http://nymag.com/thecut/2017/05/a-better-man-film-restorative-justice-and-domestic-abuse.html>

Attiya Khan está prestes a ter a conversa mais difícil de sua vida. Ela não dormiu na noite passada e acordou esta manhã coberta de erupções, pequenos pontos vermelhos que invadem seu corpo quando o estresse está muito alto. Sua respiração está curta, conforme ela repete mantras motivacionais em sua mente: *Você pode fazer isso. Você é forte. Você chegou até aqui.*

Estamos em dezembro de 2014, e ela está prestes a falar, em frente a uma câmera, com o homem que abusou dela diariamente, há mais de 20 anos atrás. A conversa é parte do documentário *A Better Man*, no qual Khan e seu ex-namorado, Steve, falam sobre o comportamento violento dele. Eles se conheceram quando ela tinha 16 anos e ele, 17, e foram viver juntos quase que imediatamente – primeiro com a mãe dela, depois sozinhos ou com o pai de Steve. Tão rápido quanto, Steve começou a bater nela. Levou dois anos para que Khan escapasse do relacionamento, com o apoio de seus amigos.

Agora, em um estúdio em Toronto com janelas amplas e paredes de tijolos, eles se sentam à distância de um braço, em frente a Tod Augusta-Scott, que facilitará a discussão. A longa carreira de Khan, trabalhando com sobreviventes de abusos físicos e sexuais, a preparou para falar sobre este abuso. Mas, com as quentes luzes do estúdio sobre seu rosto, ela procura por coragem para reviver uma de suas memórias mais traumáticas.

Khan começa a descrever um dia cheio de brutalidade, no qual Steve esmagou sua caixa de jóias em formato de coração, arrastou-a sobre os cacos de vidro e começou a soca-la repetidamente no rosto.

“E o que aconteceu neste incidente?”, Augusta-Scott pergunta, em um sussurro cauteloso.

Khan engole em seco, expira profundamente e sorri desconfortável para Steve.

“Então nossos rostos estavam muito próximos”, ela diz, colocando a mão em frente dos olhos, “e eu me lembro de estar acabada. Eu me sentia machucada por toda a parte. Me sentia apática. Eu não tinha energia e fiquei deitada lá, pensando, por favor, pare. Apenas pare. Pare. Eu não acho que meu corpo aguenta mais. E, hum, então eu só me lembro – VUM!” Ela faz o gesto de bater na cabeça com sua mão esquerda e olha diretamente para Steve. “Você me deu um tapa na cabeça. E foi então que eu acho que fiquei inconsciente”.

Os olhos de Steve se arregalam nas palavras “tapa na cabeça”. Ele sacode a cabeça de vergonha, morde o lábio inferior e olha para baixo, para o chão.

Khan se lembra de que, quando recuperou a consciência, Steve chorou e disse quão arrependido estava. Mas suas desculpas nunca duraram muito.

“O que você está ouvindo do que Attiya está dizendo?”, pergunta Augusta-Scott.

Steven engole em seco, olha para Khan e balança a cabeça. Um momento de silêncio se passa e ele solta uma profunda expiração.

“Você não se lembra, não é?” Khan pergunta. Ela o fita, séria, sem poder acreditar que, para Steve, os socos e golpes tão profundamente gravados em sua mente são simplesmente um borrão. Ela quer que ele corrobore o trauma que ela tem carregado sozinha durante toda sua vida adulta.

O documentário *A Better Man* segue a missão pessoal de Khan em direção à cura, conforme ela desajeitadamente confronta seu trauma. As conversas mediadas com Steve são intercaladas com viagens ao antigo colégio onde estudarão e aos apartamentos onde moraram – marcos de seu passado abusivo – e olhares para como a violência ainda assombra a sua vida pessoal. Apesar do filme, que Khan co-escreveu e co-dirigiu, não ser um trabalho explícito de ativismo, ela espera que suas conversas com Steve possam persuadir terapeutas, especialistas e advogados no campo da violência doméstica de que engajar com os homens que cometeram os abusos pode, na verdade, ajudar a manter algumas sobreviventes seguras – um processo conhecido no trabalho legal como justiça restaurativa.

Funciona assim: uma vítima e um ofensor têm um diálogo facilitado, ou entre eles, ou com a participação de um grupo maior que inclui amigos, família e outros membros de sua comunidade. Durante os encontros uma sobrevivente descreve o crime e seu efeito em sua vida; as outras pessoas presentes falam sobre sua experiência como testemunhas. O ofensor toma a responsabilidade por seu comportamento e se compromete com um programa de ação que, com frequência, inclui aconselhamento contínuo, tratamento de adicções, se necessário, serviço comunitário, uma desculpa formal e, em alguns casos, restituição financeira. Enquanto o sistema criminal se foca em punir o ofensor, a justiça restaurativa tem o objetivo mais amplo de curar a sobrevivente, quer ela queira continuar na relação, sair dela ou ouvir a pessoa que a agrediu assumir o abuso anos depois. O caso de Khan não é típico – a violência aconteceu anos atrás, ela e Steve passaram tempo juntos sem um facilitador e eles não desenvolveram um plano de ação. Mas suas conversas gravadas ainda seguem a fórmula básica da justiça restaurativa.

Países como Canadá, Nova Zelândia, Áustria e Finlândia têm programas de justiça restaurativa que lidam com casos de violência entre parceiros íntimos. Mas, ainda que centenas de programas de mediação existam nos EUA hoje em dia, estes processos são tipicamente usados apenas para lidar com crimes juvenis. Apenas recentemente advogados e especialistas em lei começaram a considera-los como opções para violência doméstica ou sexual. Em janeiro, o Departamento de Justiça dos EUA anunciou pela primeira vez na história uma verba para programas de justiça restaurativa focados na violência sexual e doméstica nos campi de universidades. O Escritório para a Violência Contra a Mulher, órgão governamental, recentemente realizou uma mesa-redonda nacional sobre o tema.

O sistema legal estadunidense começou a incorporar as práticas da justiça restaurativa no final dos anos 1970, para casos civis e crimes juvenis (vários grupos indígenas têm utilizado há muito tempo um processo similar, frequentemente chamado de “círculos de paz”, para lidar com o crime). E, inicialmente, os advogados que trabalham com violência doméstica tendem a se opor fortemente a qualquer forma de mediação. Após brigarem por décadas, eles finalmente convenceram o sistema legal a tratar a violência entre parceiros íntimos como um crime sério, ao invés de uma questão pessoal e estavam compreensivelmente cautelosos em relação a soluções alternativas que pudessem minar este progresso.

“Eles entendiam que nós [os defensores da justiça restaurativa] estávamos dizendo, “Bem, vamos nos sentar e conversar com estes caras que vão nos estrangular até a morte”, diz Sujatha Bakiga, anteriormente uma advogada que agora trabalha num centro de pesquisa sobre justiça restaurativa em Oakland. Hoje, ela diz, “há uma abertura para algo além da uma única abordagem que temos utilizado para a violência doméstica”.

Por volta de meados dos anos 1990, a mediação vítima-ofensor foi endossada pela Associação dos Advogados Americanos e começou a ser mais utilizada em casos criminais. Mais importante, contudo, foi que ativistas pelos direitos das mulheres se tornaram frustradas com as respostas do sistema criminal à violência doméstica e queriam alternativas. Elas sentiam que políticas como as detenções compulsórias e os mandatos de segurança ignoravam as necessidades individuais das sobreviventes e que a prisão apenas exacerbava as questões de pobreza e discriminação que se encontram na raiz de grande parte dos abusos. Então, um pequeno grupo de defensores, com experiência em abrigos, no trabalho social e na academia decidiram ver se a justiça restaurativa poderia apresentar soluções.

Entre 1998 e 2008, estes especialistas lançaram programas piloto de curta duração na Carolina do Norte, no Arizona e em Minnesota, usando conferências grupais ou “círculos” para lidar com casos de abuso doméstico (incluindo o infantil) e violência sexual. Os resultados foram promissores: as taxas de estresse pós-traumático entre sobreviventes de ataques sexuais caíram em 20 por cento; as conferências de grupo, algumas das quais separavam as vítimas e os ofensores, baixaram as taxas de violência doméstica e abuso infantil; não houve incidentes violentos durante as sessões ou no período de acompanhamento, que variou de 6 a 24 meses. Ao mesmo tempo em que os programas ajudaram algumas mulheres a permanecerem seguras em suas relações, eles também ajudaram outras a sentirem-se empoderadas o suficiente para deixarem os relacionamentos. Uma participante no programa piloto de Minnesota deixou seu parceiro abusador, dizendo que o processo de justiça restaurativa “me deu coragem e me devolveu meu senso de auto-valorização”. Mais de 90 por cento das participantes disse que sentiram que as sessões de grupo foram bem sucedidas.

Ainda que existam dados limitados sobre os programas de justiça restaurativa que lidam com violência doméstica, estas descobertas espelhou pesquisas em outros países: um relatório sul africano descobriu que nenhuma das mulheres sofreram abuso depois de participarem de uma mediação vítima-ofensor. Em um estudo canadense, o número de sobreviventes que mostraram sintomas de violência doméstica, como sentimentos de “medo e ansiedade” na proximidade de seus parceiros, caiu em 60 por cento após as conferências de grupo. Outras descobertas foram mais cautelosamente otimistas: um pesquisador austríaco concluiu que a mediação ajudou, mas somente em situações nas quais tanto o ofensor quanto a vítima queriam que a relação se transformasse.

“Muitas mulheres dizem ‘Eu só quero que a violência acabe’ e ‘Eu não quero acabar minha relação com ele’, ou ainda, ‘Eu não quero destruir minha família’”, diz Augusta-Scott, o facilitador no filme de Khan que trabalha como terapeuta para ofensores em violência doméstica. Ele aponta como o sistema criminal falha em acolher um espectro de situações que variam de um ataque ocasional e que não ocasione risco à vida até ao abuso físico e emocional constante. “Nós orientamos todos os nossos serviços a partir do pressuposto de que se as mulheres não querem sair do relacionamento, elas devem querer sair. Só perdemos o ponto para muitas outras mulheres”.

Enquanto muitas sobreviventes podem querer que seus casos terminem nos tribunais, outras são dissuadidas pelo fato de que os juízes e advogados continuam a culpar as vítimas e de que as taxas de condenação permanecem teimosamente baixas. Elas prefeririam ouvir seu ofensor reconhecer seu crime a navegar por um sistema criminal que parece construído contra elas. “Pense num julgamento – ninguém diz (às vítimas), ‘Agora nós queremos ouvi-la por 15 minutos dizendo suas próprias palavras, sem um advogado de defesa interrompendo você’”, diz Mary Koss, uma professora de saúde pública que coordenou o projeto piloto para ofensores sexuais no Arizona. “Muitas vítimas dizem, ‘Eu quero contar minha história para ele, para a pessoa que fez isto comigo, e eu quero que minha família e amigos estejam ouvindo também, para que possam entender que eu sou uma vítima legítima’”.

Khan trabalhou como conselheira e coordenadora para programas contra violência doméstica, e passou a perceber que os pressupostos padrão em seu campo de atuação – que todas as sobreviventes devem chamar a polícia, deixar seus parceiros e ir para um abrigo – não estavam funcionando para a maioria de suas clientes. “Nós não tínhamos serviços o suficiente para acomodar as mulheres de forma adequado durante ou depois as situações de abuso”, ela diz.

Khan sabe que ela é diferente da maioria das sobreviventes, que podem ter sido